

**SUBVERSIVAS, ADJETIVO FEMININO:
UM PERFIL DAS MULHERES MORTAS E DESAPARECIDAS PELA
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Isabela Rodrigues do Nascimento¹

Carlos Artur Gallo²

Resumo: Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar alinhada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Com base na DSN, massivas e sistemáticas violações aos direitos humanos foram realizadas pela ditadura contra a oposição. Este artigo tem como objetivo central traçar um perfil das mulheres que foram mortas e desaparecidas pela ditadura brasileira. Com base em pesquisa documental e mediante análise qualitativa foram organizados, compilados e analisados dados sobre 45 mulheres vítimas do aparato repressivo. O artigo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, discute-se a relação entre gênero e militância, contextualizando a questão com os fatos da ditadura brasileira. Na segunda, apresenta-se os dados compilados sobre as mulheres que foram mortas e desaparecidas pela repressão política, buscando-se evidenciar a existência de crimes associados ao gênero das vítimas.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Gênero. Mulheres. Violência.

Abstract: Between 1964 and 1985, Brazil lived under a civil-military dictatorship aligned with the precepts of the National Security Doctrine (NSD). Based on the NSD, massive and systematic human rights violations were carried out by the dictatorship against the opposition. This article aims to draw a profile of women who were killed and disappeared by the Brazilian dictatorship. Based on documentary research and qualitative analysis, data on 45 women victims of the repressive apparatus were organized, compiled and analyzed. The article is organized in two parts. In the first, the relationship between gender and militancy is discussed, contextualizing the issue with the facts of the Brazilian dictatorship. The second presents the data compiled on the women who were killed and disappeared by political repression, seeking to highlight the existence of crimes associated with the victims' gender.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Gender. Violence. Women.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista da CAPES. Bacharel em Ciências Sociais pela UFPEL e integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Contato: isabelarodriguesn@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS, Porto Alegre, 2016], com Estágio Doutoral realizado junto à Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid [UCM, Madri - Espanha, 2014-2015]. Professor no Departamento de Sociologia e Política [DESP] e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas [UFPEL].

Introdução

A despeito do final do Governo Bolsonaro (2019-2022), o Brasil tem vivido, nos últimos anos, uma conjuntura política marcada pelo crescimento do autoritarismo, e, ao mesmo tempo, do negacionismo em relação aos acontecimentos do período da ditadura civil-militar no país (1964-1985). A ditadura brasileira, iniciada com o Golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), não foi um fato isolado na região. Durante a Guerra Fria, diversas ditaduras alinhadas aos preceitos da Segurança Nacional foram instauradas em todos os países do Cone Sul (PADRÓS, 2007; 2008). Essas ditaduras, que se estenderam entre as décadas de 1960 e 1990, buscaram estreitar no plano econômico a associação com seus aliados de capital externo sob a tutela militar nacional, incorporando, em âmbito interno, a estratégia norte-americana de contenção do comunismo, sintetizada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (MERLINO, OJEDA; 2010).

Com base na DSN, o combate ao inimigo interno, que poderia ser qualquer cidadão com pensamentos dissonantes daqueles defendidos pelos setores que chegaram ao poder através de Golpes de Estado, se efetivou através da perseguição, prisão, exílio, tortura, morte e/ou desaparecimento de milhares de pessoas (PADRÓS, 2007; 2008). Para tanto, estruturas repressivas foram adaptadas, criadas, e, muitas vezes de forma clandestina, foram utilizadas para censurar e reprimir duramente a população dos países do Cone Sul que se articulava contra os regimes de exceção estabelecidos nessa conjuntura (GALLO, 2017; PADRÓS, 2008).

Dentre as pessoas que se opuseram ao regime autoritário encontram-se as mulheres. Mulheres participaram de diversas organizações de resistência: entraram para organizações revolucionárias clandestinas, como a guerrilha urbana e rural, participaram da imprensa clandestina, do cuidado dos aparelhos que serviam de base para estruturar as organizações e atividades. Segundo Maria Amélia Telles (2015), jornalista e militante feminista que foi parte da imprensa clandestina contra a ditadura, as mulheres na resistência eram duas vezes subversivas: por se rebelarem contra a ordem do estado ditatorial, e por muitas vezes precisarem enfrentar as próprias organizações políticas em que militavam, ao desviarem dos estereótipos de submissão e dependência impostos pela ordem patriarcal.

Ao tratar da participação política das mulheres na resistência à ditadura, este artigo busca responder: Quem são as mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura brasileira? É possível traçar um perfil destas mulheres? Qual a sua faixa etária e escolaridade? É possível identificar, a partir dos dados analisados neste trabalho, uma relação entre o tipo de violência sofrida por estas mulheres e o seu gênero? Isto é, é possível observar uma intersecção entre a categoria “gênero da vítima” e o tipo de violência sofrido?

Guiado por esses questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é traçar um perfil das mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura, identificando, ainda, o tipo de violência política perpetrada contra elas. Os objetivos específicos consistem em identificar as mulheres mortas ou vítimas de desaparecimento forçado, traçar seu perfil, identificar quais os crimes cometidos contra elas por agentes da repressão, identificar (se possível) padrões de violência de gênero dentre as violações de direitos humanos perpetradas por agentes da repressão contra essas mulheres.

Através da perspectiva feminista, como abordado por Tega (2015), se evidencia a situação das mulheres como produto de relações sociais e denuncia legados autoritários e hierárquicos do processo histórico das relações de poder e gênero, revelando outras formas de se abordar as subjetividades, o corpo e as experiências vividas pelas vítimas. Em vista disso, é importante ressaltar que a violência sexual e o estupro foram amplamente utilizados ao longo da história como tática de guerra em conflitos bélicos, não sendo diferente no histórico violento de colonialismo e, mais recentemente, de regimes autoritários na América Latina, como terrorismo de Estado (LOPES; LIMA, 2015).

Para identificar as mulheres a serem abordadas na pesquisa, foi realizado um levantamento de dados através de documentos oficiais, produzidos por comissões de Estado responsáveis pela apuração dos crimes cometidos durante a ditadura. Uma das principais fontes da pesquisa foi o livro “Luta, Substantivo Feminino”, organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010). Publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), o livro contém dados compilados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Também foram utilizadas como fontes o Relatório Final da CNV (2014), além de dados organizados pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CVESPRP) e a Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco.

A pesquisa exploratória resultou na confecção de um banco de dados com 45 quadros relativos às mulheres mortas e desaparecidas na ditadura. A partir de 6 categorias, foi possível traçar um perfil geral das mulheres cujas mortes foram investigadas pela CEMDP. Para averiguar a possível incidência de violência de gênero perpetrada por agentes da repressão, foi feita uma busca por padrões de situações e relatos que possam ser considerados como violência sexual. Assim, compreendeu-se de forma mais aprofundada a relação entre violência de gênero e a experiência das mulheres identificadas no âmbito deste estudo.

A exposição foi organizada em duas partes. Na primeira delas, discute-se o conceito de gênero contextualizando-o com a violência política praticada pela ditadura brasileira. Ainda nesta parte do artigo, a participação das mulheres na resistência contra a ditadura é apresentada, sendo detalhada a metodologia utilizada na pesquisa. Na segunda parte do artigo são apresentados e analisados os dados compilados com base na pesquisa documental, sendo traçado um perfil das mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura. As considerações finais encerram a análise sobre o tema.

Mulheres na resistência à ditadura: entre a violência política e a violência de gênero

A tortura e o extermínio foram institucionalizados na repressão aos opositores. Apesar de ter sido violenta tanto contra homens quanto mulheres, o corpo feminino era um objeto especial para os torturadores: havia sempre a possibilidade de ser utilizada a violência sexual. Utilizavam-se das convenções de gênero para fragilizar e manipular; de modo a reforçar o papel social de subordinação e dependência emocional, afetiva e política dado às mulheres. O corpo feminino era objeto de tortura sexual, estupro, esterilização e abortamentos forçados (JELÍN, 2001).

Entre a tentativa de conectar a memória desse passado violento à expectativa de um futuro diferente, mora o silêncio sobre a luta das mulheres que foram vozes ativas contra o regime militar e a repressão. Muitas mulheres sofreram a vergonha e a dificuldade de recuperar esse passado ao reconstruírem suas experiências, vendo no silêncio uma forma de proteger sua intimidade e vida pessoal. Recorrentemente, tardaram a se reconhecer como vítimas de violência. De acordo com a socióloga Elizabeth Jelín (2019), o contexto dos avanços dos movimentos feministas e a ampliação da discussão sobre as várias formas de violência de gênero, especialmente violência sexual, aliados às

consequentes mudanças dentre os movimentos sociais e na própria sociedade, contribuem para que atualmente haja um espaço público para os relatos das vítimas de abusos sexuais.

A centralidade do corpo nas memórias pessoais das prisões e torturas implica um paradoxo na divisão do espaço público e a experiência privada. Nessa perspectiva, reside o desafio de conciliar uma forma ética de trazer à tona suas experiências pessoais de forma pública, com o intuito final de recuperar a normalidade a partir dessa reconstrução da intimidade e privacidade (JELÍN, 2001).

Nesse sentido, o esforço de construir uma memória social sobre o passado da ditadura capaz de contemplar as vítimas de violência de gênero encontra ainda outro obstáculo: o silêncio irreversível das mulheres que tiveram suas vidas ceifadas na luta contra a ditadura. Suas experiências na repressão e a memória de sua luta passaram a residir em companheiras e companheiros de luta, familiares e registros de suas passagens pelo aparato repressivo (JELÍN, 2001).

A iniciativa de inserir as mulheres como agentes na história em suas experiências subjetivas e atividades políticas, quebrando o paradigma da esfera pública/privada ao remeter às categorias materiais e estruturais das relações de gênero, se constitui como um desafio e um incentivo, simultaneamente, à tarefa de se produzir um estudo sob uma perspectiva feminista. Implica o confronto ao relato “oficial” sobre a ditadura e exige comprometimento com a construção de uma nova narrativa histórica, completa e complexa, que seja capaz de abranger a sociedade em todas as suas contradições, desigualdades e iniquidades, assim como reconhecer que a estrutura de classes e as relações interpessoais estão intimamente conectadas (SAFFIOTI, 2016).

(Re)compôr o contexto histórico-social e político da ditadura brasileira permite traçar um panorama que serve à análise das experiências pessoais das mulheres abrangidas no escopo desta pesquisa. Durante o período da Guerra Fria, o mundo foi dividido entre dois grandes blocos ideológicos: o bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos da América; e o bloco socialista, comandado pela URSS, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A aliança dos países latino-americanos que lutaram na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos facilitou a unidade de doutrinas e o estreitamento de uma identidade ideológica dentre estes. Após a Revolução Cubana, em 1959, e com a aproximação da União Soviética do continente, a política externa dos Estados Unidos

concentrou esforços em manter uma postura alinhada aos seus interesses nos países da América do Sul — patrocinando e dando apoio a violentos golpes militares de conteúdo anticomunista na região, apoiados também por setores das elites e classes médias locais (MERLINO, OJEDA, 2010).

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai passaram todos por processos políticos similares naquele período, datando desde o golpe de Alfredo Stroessner no Paraguai, em 1954, até 1990, ano do fim da ditadura de Pinochet, no Chile. A instauração de regimes de exceção e as rupturas constitucionais se deram, então, de forma generalizada na região, representando um rompimento com a ordem democrática (PADRÓS, 2007; 2008).

O Brasil, enquanto o maior e mais populoso país da região, embora o golpe tenha ocorrido 10 anos depois do início da ditadura no Paraguai, foi um alvo estratégico como forma de consolidar a legitimidade do controle militar nos outros países que viriam a sofrer o mesmo processo de ruptura democrática nos anos 60 e 70 – na Argentina, em 1966 e, depois, em 1976; no Uruguai e no Chile, em 1973 (MERLINO, OJEDA, 2010). A ditadura no Brasil surgiu sob o pretexto de defender a associação, sob tutela militar nacional, dos interesses econômicos e políticos estadunidenses, implementando completamente sua estratégia de contenção do comunismo, materializada na Doutrina de Segurança Nacional (PADRÓS, 2007; 2008).

Golbery de Couto e Silva, principal teórico do regime e idealizador da Doutrina, defendia a ideia de que o principal inimigo da pátria era interno, e não externo. Assim, a DSN e seus subprodutos, então, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), ressaltam a necessidade do regime militar de estruturar um novo aparato repressivo, para identificar e eliminar esses “inimigos internos” e também instituir uma unificação dos objetivos nacionais, para a dita defesa da soberania e segurança nacional (MERLINO, OJEDA, 2010).

Com a aprovação do regime, após a criação da Operação Bandeirante (OBAN), em 1969, com a integração das Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), e de efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, do Departamento da Polícia Federal, Força Pública, Guarda Civil e civis paramilitares, foi criado o DOI-Codi. Chefiado por um alto oficial do Exército e com orçamento próprio tanto do Estado quanto das elites, se

tornou o principal organismo de repressão no país, ainda que esses outros órgãos também tivessem mantido ações de repressão independentes.

Acompanhando a escalada repressiva, sucessivas Leis de Segurança Nacional foram decretadas pela ditadura, na forma de Decretos-Leis (DL 314, DL 510 e DL 898, de 1967 e 1969, respectivamente), indicando no seu conteúdo que o país não poderia tolerar antagonismos internos, e supostamente unindo a vontade da nação e do Estado com a do regime.

A lei abrangeu, na prática, mais do que os opositores partidários e a luta política clandestina: a liberdade de imprensa acabou sofrendo forte censura, proibida de divulgar críticas contra as autoridades, com o objetivo de “fortalecer os objetivos nacionais permanentes” e manter uma narrativa unilateral sobre o sucesso do regime perante a opinião pública. Nesse aspecto, a área artística e intelectual que se opunha e criava em contrapartida à restrição de liberdade imposta, também enfrentou represálias, censura e prisão.

Simultaneamente, os Atos Institucionais decretados de 1964 a 1969 levaram parte da oposição composta por militantes de esquerda a entrar na clandestinidade, uma vez que extinguiram os partidos e organizações políticas pré-existentes. Dessa forma, de acordo com o projeto “Brasil: Nunca Mais” (1985), passaram a existir mais de 40 organizações de esquerda clandestinas, centradas em políticas revolucionárias, de resistência e enfrentamento à censura e a violência política cometida pelo regime militar. Apesar de quaisquer divergências teóricas ou ideológicas que houvesse dentre esses grupos, eram todos perseguidos e vigiados pela ditadura. Ao buscar a desarticulação dessas organizações, os órgãos da repressão atuavam de diversas formas: através de censura, perseguição e espionagem, prisão, tortura e em alguns casos, morte.

O seqüestro ou detenção arbitrária, resultando em desaparecimento, foi um recurso cada vez mais utilizado pela repressão. O grau de repressão política atinge seu estágio maior na condição dos desaparecidos, porque impede a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade, integridade física, dignidade e própria vida humana.

Tratando-se os perseguidos políticos, muitas vezes, de pessoas forçadas a viver na clandestinidade, o que implicava o afastamento da família e comunidade que pertenciam, mantendo apenas contato esporádico com as organizações políticas que compunham,

também clandestinas, os órgãos de segurança que os detinham nessas condições tinham total poder e controle a exercer sobre estes. Suas famílias, amigos, advogados e tribunais não tinham conhecimento sobre as circunstâncias em que se encontravam, e quando havia a certeza da prisão, a vítima já se encontrava desaparecida — eliminada pela repressão, e com qualquer vestígio de sua passagem destruído.

Ao tratar da memória social da ditadura brasileira, o recorte realizado para esta pesquisa foi, especificamente, o da violência de gênero perpetrada contra as mulheres mortas e desaparecidas pelo aparato repressivo. Propondo uma discussão entre políticas de memória, justiça de transição e reparação às violações de direitos humanos, é importante trazer o conceito de gênero como uma categoria de análise, porque uma visão crítica e feminista se torna capaz de contemplar e interpretar o processo de construção inerentemente subjetivo e político das experiências das mulheres, levantando a necessidade da adoção de medidas eficazes na proteção dos direitos humanos de vítimas de violência sexual.

As mulheres tiveram uma participação importante e generalizada em todas as organizações políticas que estavam na clandestinidade, tanto nas guerrilhas urbanas e rurais quanto na imprensa, assim como na manutenção dos aparelhos (locais utilizados como bases de estrutura de organizações e atividades) (TELES, 2015). As mulheres também compuseram órgãos de proteção aos direitos humanos e instituições legais como os movimentos de anistia e grupos de familiares em busca de desaparecidos (VARGAS; MÉNDEZ, 2019). Em todos os casos, estavam reivindicando seu espaço na luta contra a desigualdade não só de gênero, mas também de raça e classe, e se inserindo como vozes ativas contra a ditadura.

Os anos 1960 e 1970 representaram grandes mudanças na vida das mulheres. O significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, combinado a outros fatores, como a descoberta da pílula anticoncepcional, anunciavam a reivindicação de um espaço e um olhar político na esfera privada. Para Joan Scott (1999), considerando o gênero enquanto elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, se torna necessário questionar sobre quais representações simbólicas são invocadas ao analisar relatos e fenômenos relacionados à discriminação contra a mulher. Da mesma forma, é preciso identificar quais os contextos e conceitos normativos estão sendo utilizados para interpretar essas representações.

A questão das mulheres, mesmo que ainda pouco difundida como uma luta específica dentre as esquerdas na segunda metade do século XX, começou a ser discutida de forma mais ampla conforme o crescimento dos movimentos populares. Mas ao poder ser conectada a discursos feministas, relativos à emancipação das mulheres e os direitos de escolha, foi alvo de censuras do Estado ditatorial, competindo com o imaginário coletivo imposto pelo papel da mulher “de bem” como fundamental na defesa da “família, moral e bons costumes” (PEDRO; WOLFF, 2010).

O capítulo 10 do Relatório Final da CNV, cujo enfoque é a violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes no regime militar, adota a definição “discriminação contra a mulher”, elaborada pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) para tratar sobre o tema. Datado de 1979, o conceito é definido como sendo:

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, CNV, 2014).

Segundo Scott (1995), ao procurar as formas em que o gênero legitima e constrói as relações sociais, é possível compreender não só como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política, de forma a significar as relações de poder, mas também a implícita naturalização de uma noção generalizada da relação hierárquica entre masculino e feminino.

As estruturas hierárquicas necessitam dessas concepções naturalizadas das relações entre mulheres e homens, tidas como naturais. Essa dualidade e oposição binária, em conjunto com todo o processo social de gênero, então, se torna parte indissociável da construção do poder. Ao contestar e problematizar essa oposição binária entre os gêneros, se expõe a real natureza cambiável e fluida que representa os significados normalmente atribuídos ao termo (SCOTT, 1995).

No caso do uso de violência sexual e misoginia em contextos autoritários, as violências físicas e simbólicas contra o corpo feminino evidenciam os mecanismos de poder patriarcal responsáveis pela subordinação e opressão contra a mulher, e o uso

histórico desse tipo de violência como tática de guerra eficaz para semear o terror individual e coletivo. Assim sendo, a violência de gênero não ocorre somente quando um corpo foi violado por um ato de violência sexual, mas sim nas formas como o corpo foi degradado como expressão de poder patriarcal, considerando o grande impacto na subjetividade das pessoas violadas (TEGA, 2015).

Para observar a conexão entre regimes autoritários e o controle das mulheres, é preciso atentar-se à legitimação, por parte de ideologias políticas conservadoras, da dominação e afirmação de controle ou força em políticas sobre as mulheres (JELÍN, 2001). Nesse sentido, ao utilizar o gênero como uma categoria de análise, além de provocar questões capazes de redefinir interpretações históricas sobre as relações de desigualdade, pressupõe novas perspectivas com a possibilidade de visibilizar as mulheres enquanto sujeitos políticos e participantes ativas da história, proporcionando um aprofundamento maior na compreensão da relação entre gênero e a experiência das mulheres identificadas no âmbito deste trabalho (SCOTT, 1995).

A principal fonte utilizada para a pesquisa foi o referido livro “Luta, Substantivo Feminino”, publicado em 2010. Publicado quatro anos antes da entrega do Relatório Final da CNV, o livro foi uma das primeiras tentativas do Estado brasileiro de pautar a discussão e prestar contas à população em relação à experiência das mulheres vítimas da ditadura, entremeando trechos de testemunhos de 27 sobreviventes à repressão com o perfil biográfico das 45 mulheres que tiveram sua morte ou desaparecimento investigado pela CEMDP.

A CEMDP foi criada a partir da Lei nº 9.140/1995, aprovada no primeiro ano de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB, e reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte ou desaparecimento forçado de 136 pessoas. A lei estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos durante a ditadura, assim como a indenização financeira de seus familiares. Após anos de espera de familiares, finalmente foram reconhecidas como mortas ou desaparecidas pessoas falecidas por envolvimento (ou acusação de envolvimento) em atividades políticas de 2 de setembro de 1962 até 15 de agosto de 1979.

A partir de 2002, mediante modificação na Lei nº 9.140, passaram a ser também considerados pela CEMDP casos de morte ou desaparecimento ocorridos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova constituição. Em 2004, passaram a incluir vítimas

de agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou suicídio na iminência de prisão política ou em decorrência de sequelas psicológicas de atos de tortura, crescendo o número de vítimas reconhecidas.

Entre 1996 e 2007, a CEMDP, formada por representantes de órgãos do governo, das Forças Armadas, no Ministério Público Federal, dos familiares dos mortos e desaparecidos e da Câmara dos Deputados, analisou, investigou e julgou 339 casos, além dos 136 iniciais. Na totalidade, a CEMDP concedeu indenização em 221 novos casos e indeferiu 118 pedidos. Dentre os casos reconhecidos pela Comissão, 45 eram mulheres. São estas mulheres, identificadas como vítimas de desaparecimento forçado ou mortas pela ditadura e reconhecidas como tal pela Comissão, que são as abordadas neste estudo.

É importante mencionar que, no tocante à escolha do material produzido pela CEMDP como principal fonte de informações para a identificação de vítimas fatais da ditadura, deve-se reconhecer que os dados possuem um limite técnico. Afinal, foram compilados pela CEMDP apenas os dados dos casos que a ela foram reportados entre 1996 e 2007, de modo que o número de mulheres mortas ou desaparecidas pela ditadura pode e deve ser maior. Seja porque algumas vítimas não tinham familiares para pleitearem o reconhecimento perante a Comissão Especial, seja porque existem famílias que optaram por não o reivindicar.

A partir da identificação das mulheres cuja morte ou desaparecimento foi investigado pela CEMDP, como mencionado na introdução, foi criado um banco de dados com 45 quadros contendo: seus nomes, as organizações políticas nas quais militaram, a idade que tinham e a região do país na qual passaram pelo aparato repressivo, sua ocupação na época, nível de escolaridade e a forma de violência que sofreram. Com base nesse banco de dados, então, foi feita uma análise qualitativa dos dados, mediante uma busca para identificar os tipos de violência que essas mulheres sofreram, e, sendo possível, identificar a existência de violência de gênero.

Para traçar o perfil dessas mulheres com os dados coletados, as categorias escolhidas para a coleta de informações permitiram observar similaridades e disparidades entre as vítimas. As mulheres abrangidas no âmbito desta pesquisa tiveram suas histórias contadas e lembradas por companheiras e companheiros de luta sobreviventes e documentos da repressão e suas recentes interpretações por órgãos de direitos humanos. Nessa questão se expressa uma limitação em relação à memória nos relatos biográficos.

Por essa razão, uma triangulação metodológica, composta por diferentes procedimentos de coleta de dados, se mostrou necessária para complementar as informações produzidas no âmbito da CEMDP.

Os dados contidos no livro foram complementados com a análise dos testemunhos prestados à CNV por sobreviventes. Além dos testemunhos, também foram utilizados como referência documentários sobre o período, entrevistas de sobreviventes e agentes da repressão, assim como registros documentais de ocorrências policiais, acidentes e laudos médicos, além de obituários. Todos os dados foram levantados considerando as investigações posteriores de órgãos competentes a respeito de acobertamentos dos crimes cometidos pela repressão. A seguir, o quadro-modelo utilizado para a compilação dos dados.

Quadro 1: Quadro-Modelo em branco

Nome	
Nascimento	
Morte	
Faixa etária de quando passou pelo aparato repressivo	
Ocupação	
Escolaridade	
Região do país onde foi detida	
Organização política na qual militava	
Tipo de violência que sofreu	

Fonte: Elaboração própria.

Cada uma das categorias permite uma análise sobre diferentes aspectos das vidas das mulheres mapeadas. Todas as reflexões e dados referentes a este trabalho vêm como uma tentativa de contribuir para uma melhor compreensão da violência a que foram submetidas as mulheres que se opuseram à ditadura brasileira, ainda que sejam abrangidas nesta pesquisa apenas uma parcela da totalidade das mulheres que, de algum modo, também foram vítimas da repressão.

Duplamente subversivas: o perfil das mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura brasileira

Quem são as mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura brasileira? O que aconteceu com essas mulheres quando passaram pelo aparato repressivo? Há uma faixa etária predominante? Qual a sua escolaridade? Em qual região do país atuavam? O banco de dados construído para esta pesquisa permitiu responder, ainda que parcialmente, aos questionamentos formulados.

Conforme o Quadro-modelo apresentado na seção anterior, as categorias selecionadas para a descrição das informações sobre as vítimas foram, além de seus nomes, datas de nascimento e de morte: faixa etária de quando passaram pelo aparato repressivo, ocupação, escolaridade, região do país onde foram detidas, organização política na qual militaram e tipo de violência sofrida. A intenção com a compilação dos dados foi motivada pela ideia de possibilitar traçar um panorama do perfil dessas mulheres e suas histórias, e apurar a relação da violência sofrida por elas com a discriminação de gênero. A seguir, cada tópico perscrutado no banco de dados será explorado e discutido.

a) Faixa etária das vítimas

Seguindo a disposição das categorias figuradas no banco de dados, o primeiro aspecto descritivo observado é referente à idade e faixa etária das mulheres abrangidas pela pesquisa, no contexto de suas passagens pelo aparato repressivo da ditadura.

As circunstâncias consideradas na determinação dos dados foram baseadas em suas idades não somente nas situações em que faleceram por causas não naturais em dependências policiais ou similares, mas também quando faleceram enquanto vítimas em manifestações públicas ou conflitos armados com agentes do poder público, ou quando faleceram em consequência de suicídio praticado na iminência de serem presas. Nos casos de morte por suicídio, decorrentes de seqüelas psicológicas como resultado de atos de tortura, foi considerada a idade da vítima quando da ocorrência destes atos.

Posto isso, para a descrição dos dados obtidos, a incidência dos casos foi disposta por faixa etária: de 17 a 21 anos, 22 a 25 anos, 26 a 29 anos, 30 a 33 anos e acima de 33

anos, contabilizando, no total, os 45 casos estudados. Analisando as informações, foram feitas as tabelas dispostas a seguir.

Tabela 1: Distribuição de casos por faixa etária

Faixa etária	Número de casos	%
17 a 21 anos	2	4,44
22 a 25 anos	13	28,89
26 a 29 anos	19	42,22
30 a 33 anos	7	15,56
Acima de 33 anos	4	8,89
Total	45	100

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 1 é possível observar que a ocorrência de casos dentre a faixa de 26 a 29 anos de idade é a maior, contando com 42,22% dos casos (19 casos). A segunda faixa com mais casos é a de 22 a 25 anos, com 28,89% (13 casos); seguida pela faixa de 30 a 33 anos, com 15,56% (7 casos); acima de 33 anos, com 8,89%; e por último, de 17 a 21 anos, com 4,44% (2 casos). A faixa das mulheres acima de 33 anos foi assim denominada pois as idades das quatro mulheres nessa faixa variam de 50 até 65 anos, representando um salto geracional de mais de dez anos de diferença da penúltima faixa, representativa dos 30 a 33 anos de idade.

Tabela 2: Distribuição de casos por período e faixa etária

Faixa etária	1964-1974	Guerrilha do Araguaia	1974-1985
17 a 21 anos	2	-	-
22 a 25 anos	7	4	2
26 a 29 anos	8	7	4
30 a 33 anos	3	1	3
Acima de 33 anos	2	-	2

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 permite avaliar a incidência dos casos conforme faixa etária e período em que os fatos ocorreram. Os períodos denominados na tabela como “1964-1974” e “Guerrilha do Araguaia” representam, juntos, os dados relativos aos primeiros dez anos do regime, compreendendo desde o Golpe de Estado até o período comandado pela “linha dura” – governos dos ditadores Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) –, e a última coluna, “1974-1985”, representa o período da distensão ao fim da ditadura.

A grande maioria dos casos analisados, totalizando 34 dos 45, ocorreu nos dez primeiros anos da ditadura civil-militar. Os dados das duas primeiras colunas, conjuntamente, permitem observar a maior incidência de casos entre mulheres de 26 a 29 anos, contando com 15 casos; seguida pela faixa dos 22 a 25 anos, com 11 casos. Dos 30 a 33 anos, foram contabilizados 4 casos no período; e por último, as faixas de 17 a 21 anos e acima de 33 anos contam com 2 casos cada uma. Já de 1974 a 1985, no processo de distensão lenta e gradual do regime, os 11 casos contabilizados correspondem a 4 mulheres entre os 26 a 29 anos; 3 entre os 30 a 33 anos; 2 de 22 a 25 anos e 2 acima dos 33 anos.

A fase do regime comandada pela “linha dura” começou em 1967, quando o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência, e foi caracterizada, no início, pela escalada repressiva — especialmente em relação aos estudantes. Em pouco tempo, prosseguiu com o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão dos direitos individuais e a censura completa da imprensa, concomitante com o número crescente de ações de guerrilha urbana.

Apesar de ter ocorrido no período histórico compreendido entre os anos 1964 a 1974, a Guerrilha do Araguaia (1972-1974) foi categorizada individualmente por conta da ação massiva dos órgãos de segurança da ditadura em combate aos militantes. Dirigidos pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), os guerrilheiros se estabeleceram, em meados de 1970, às margens do rio Araguaia, no sul paraense, por acreditarem que o caminho para a tomada do poder teria início no recrutamento da população camponesa rumo à luta armada contra a repressão, seguindo a linha maoísta. Estima-se que o regime militar tenha mobilizado entre 3 a 10 mil homens para eliminá-los, de abril de 1972 a

janeiro de 1975, que se tornaram responsáveis pela metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil (MERLINO, OJEDA; 2010).

b) Ocupação das vítimas

A categoria concernente à ocupação ou atuação profissional compreende a segunda categoria descritiva dos quadros do banco de dados. Os dados levantados nesta seção se baseiam em informações oficiais relativas à atuação profissional de cada mulher pesquisada. Para analisar as informações obtidas especificamente neste âmbito, os casos foram organizados em uma tabela conforme a ocupação das mulheres pesquisadas e o período histórico referente à incidência dos casos de morte ou desaparecimento. O número total de ocupações é maior do que 45 uma vez que algumas mulheres possuíam mais de uma ocupação, conforme será descrito.

Tabela 3: Distribuição de casos conforme ocupação das vítimas e período histórico

Ocupação	1964-1974	Guerrilha do Araguaia	1974-1985	Total
Estudante	10	9	4	23
Professora	7	3	1	11
Bancária	2	1	-	3
Dona de casa	2	-	-	2
Psicóloga	2	-	-	2
Não identificado	-	-	2	2
Outros	6	2	8	16

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 permite constatar que a maioria das vítimas contempladas pelas investigações da CEMDP eram estudantes, com um total de 23 pessoas. A segunda atividade profissional com mais casos é a de professora, que contava com 11 pessoas que desempenhavam essa profissão. Em seguida, as profissões que tiveram 2 ou mais casos foram a de bancária, com 3 casos no total; dona de casa, com 2 casos; e por último, psicóloga, também contando com 2 casos. Os 2 casos cujas informações sobre ocupação não foram identificadas são os de Neide Alves dos Santos (1944-1976), que vivia em

clandestinidade como militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e de Mónica Susana Pinus de Binstock (1953-1980), argentina militante da organização guerrilheira Montoneros, presa em uma ação conjunta da repressão argentina e brasileira ao desembarcar no Rio de Janeiro de um voo vindo de Caracas, na Venezuela (MERLINO, OJEDA; 2010).

É possível constatar também que a grande maioria das mortas e desaparecidas da Guerrilha do Araguaia (9 de um total de 12 pessoas) eram estudantes. Destas 12 mulheres, 11 iniciaram a militância no PCdoB através do movimento estudantil, como Maria Lúcia Petit da Silva, que integrou o movimento estudantil secundarista no Instituto de Educação Fernão Dias, em São Paulo, e Helenira Nazareth, que veio a se tornar delegada e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A seção identificada como “outros” abrange todas as profissões com apenas uma ocorrência no banco de dados. Dentre essas, haviam profissões ligadas à arte, como dramaturga e produtora teatral, funções desempenhadas aliadas ao trabalho como professora por Heleny Guariba; bailarina folclórica, ocupação de Soledad Viedma; ou desenhista, o trabalho desempenhado por Lourdes Maria Wanderley Pontes.

Havia também Alceri Maria Gomes da Silva, operária metalúrgica; Anatólia de Souza Melo Alves, costureira; trabalhadoras da área da saúde, como a enfermeira Luiza Augusta Garlippe, desaparecida na guerrilha do Araguaia, ou a médica Solange Lourenço Gomes. Além destas mulheres, havia também a geóloga Dinalva Teixeira; Ana Rosa Kucinski Silva, filósofa e química de formação que atuava como professora e pesquisadora nestas áreas; a advogada e jornalista Ieda Santos Delgado, a economista Therezinha Viana de Assis; Lyda Monteiro da Silva, secretária, e a estilista Zuleika Angel Jones.

c) Escolaridade das vítimas

O terceiro segmento descritivo a ser observado através dos quadros é referente aos níveis de escolaridade das mulheres. Para um primeiro olhar sobre os dados, foi feito um panorama das informações obtidas, compilando-as na Tabela 4.

Tabela 4: Relação de distribuição dos casos conforme níveis de escolaridade e período histórico

Escolaridade	1964- 1974	Guerrilha do Araguaia	1974- 1985	Total
Ensino superior incompleto	12	9	3	24
Ensino superior completo	5	2	4	11
Ensino médio completo	2	1	-	3
Ensino médio incompleto	1	-	-	1
Não identificado	2	-	4	6

Fonte: Elaboração própria.

Os dados na tabela relacionam a incidência dos casos de acordo com a escolaridade e o período do regime em que ocorreram. A partir da tabela, é possível constatar que a maioria das mulheres na CEMDP, 24 do total de 45, tinham ensino superior incompleto. Na sequência, 11 mulheres tinham ensino superior completo; 3 tinham ensino médio completo e 1 ensino médio incompleto. Por fim, em 6 dos casos não foi possível identificar informações sobre o grau de escolaridade das mulheres.

A tabela permite observar algumas características importantes sobre o perfil das mulheres estudadas: o nível de escolaridade revela uma maioria de estudantes dentre as vítimas, principalmente no período que compreende desde o golpe até 1974, incluindo a Guerrilha do Araguaia. Considerando os 21 anos do regime, um total de 24 das 45 mulheres eram estudantes universitárias, impedidas de concluírem os estudos por várias razões: boa parte delas passaram a precisar viver em clandestinidade para sobreviver aos órgãos de segurança do regime, outras, foram expulsas e impedidas de cursar qualquer universidade através do DL nº 477, imposto pelo ditador Costa e Silva em 1969, que previa a punição de docentes, discentes e funcionários envolvidos em atividades consideradas subversivas.

As 11 mulheres com ensino superior completo, de acordo com as informações obtidas pelas investigações da CEMDP, iniciaram sua militância política também no meio universitário, sendo 5 delas professoras.

As 3 mulheres cujo nível de escolaridade encontrado foi ensino médio completo são Alceri Maria Gomes da Silva; Anatólia de Souza Melo Alves, e Maria Lúcia Petit da

Silva, guerrilheira do Araguaia, professora habilitada pelo curso normal, equivalente ao atual ensino médio. A única vítima com o ensino médio incompleto é a mais jovem das mulheres, Nilda Carvalho Cunha, que faleceu aos 17 anos, pouco depois de ser liberada da prisão, debilitada em consequência das torturas sofridas.

d) Locais de morte ou desaparecimento

Como quarto segmento descritivo dos quadros do banco de dados, o enfoque foi indicar a cidade, estado e região do país onde a vítima passou pelo aparato repressivo. Para propor uma perspectiva ampla, a seguinte tabela foi produzida a partir dos dados encontrados.

Tabela 5: Local da morte ou desaparecimento

Região	1964-1974	Araguaia	1974-1985	Total
Sudeste	14	-	8	22
Norte	-	12	-	12
Nordeste	7	-	1	8
Centro oeste	1	-	-	1
Sul	-	-	1	1
Fora do país	-	-	1	1

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 demonstra como a maioria dos casos ocorreu na região Sudeste do país, num total de 22 casos. As demais regiões que contam com um número maior de casos são o Norte do país, com 12 casos; e o Nordeste, com um total de 8 casos. O Centro-Oeste e o Sul contam com 1 caso cada um. Apenas 1 dos 45 casos analisados pela CEMDP ocorreu fora do país.

Observando os quadros, observa-se que 12 dos 22 casos na região Sudeste ocorreram na capital do estado do Rio de Janeiro. A segunda região com mais ocorrências, ainda que imprecisas até a data presente, a região Norte do país, visto que a maioria dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia nunca tiveram seus corpos localizados. Os dois locais que contam com um número maior de casos dentre todos são 6 na capital do estado

de São Paulo e 4 casos que aconteceram em Salvador, na Bahia. O único caso que não aconteceu no Brasil foi o de Jane Vanini (1945-1974), desaparecida em Concepción, no Chile, vítima da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

e) Organizações políticas

O quinto aspecto descritivo do banco de dados observado é relativo às organizações políticas que as mulheres contempladas pela CEMDP fizeram parte. Na Tabela 6, os casos foram dispostos conforme a organização ou coletivo em que as mulheres militaram e o período histórico em que se deu a morte ou desaparecimento destas.

Tabela 6: Relação de casos por organizações políticas e período histórico

Organização política	1964 - 1974	Guerrilha do Araguaia	1974-1985	Total
PCdoB	-	12	-	12
ALN	6	-	2	8
VPR	4	-	-	4
MR-8	3	-	1	4
PCBR	4	-	-	4
VAR-Palmares	2	-	1	3
MIR (Chile)	-	-	2	2
<u>Montoneros</u> (Argentina)	-	-	2	2
Outros	1	-	1	2
Não identificado	2	-	2	4

Fonte: Elaboração própria.

A organização que concentra mais vítimas é o PCdoB, que possui 12 militantes mortas ou desaparecidas na Guerrilha do Araguaia. Depois, a maioria é de militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), totalizando 8 pessoas; seguido por 4 militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); 4 do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); 4 do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); 3 da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); 2 do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), organização chilena; e 2 do movimento argentino

peronista Montoneros. Ainda dentre as vítimas, 1 era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); 1 do Movimento de Libertação Popular (Molipo); e, em 4 dos casos, não foi possível identificar informações sobre o envolvimento das vítimas em organizações políticas.

f) Formas de violência sofridas

A última categoria descritiva que compõem os quadros do banco de dados é referente às formas de violência que as vítimas sofreram em suas experiências na repressão. Para agrupar as informações identificadas, foram utilizadas 5 definições principais de tipos de violência para a classificação dos dados: violência física, restrição de liberdade, violência psicológica, violência sexual e tortura.

A Tabela 7 demonstra a relação da recorrência dessas formas de violência nos casos investigados pela CEMDP por período histórico. Sendo assim, ao considerar que a maioria das mulheres pesquisadas foi vítima de mais de um dos tipos de violência estabelecidos, os números que constam na tabela aludem à quantidade de vezes em que foi possível determinar a incidência de cada tipo de violência no total de casos.

Tabela 7: Relação da recorrência de quatro formas de violência pelo aparato repressivo nos casos investigados, conforme período histórico

Tipo de violência	1964-1974	Guerrilha do Araguaia	1974-1985
Violência física	22	12	10
Restrição de liberdade	11	8	8
Violência psicológica	4	-	6
Violência sexual	4	-	2
Tortura	13	-	5

Fonte: Elaboração própria.

Importante ressaltar que em alguns dos casos não é possível indicar precisamente as violações sofridas pelas vítimas. Ainda que a CEMDP e os depoimentos de sobreviventes e familiares de vítimas à CNV ou outras Comissões Estaduais da Verdade tenham contribuído para tornar público o conhecimento produzido por suas investigações sobre o destino das vítimas diretas da ditadura, em alguns dos casos as mulheres nunca

tiveram seus corpos encontrados: 19 das 45 mulheres aqui analisadas seguem desaparecidas. Em outros casos, documentos referentes à passagem das mulheres pela prisão, ocorrências policiais e até mesmo autópsias de seus corpos foram forjados, falsificados, ocultados ou destruídos para encobrir as provas dos crimes.

Apesar dos limites apontados, em 44 dos casos, contudo, foi possível estabelecer que as mulheres foram vítimas de violências físicas. Em 27 dos casos houve restrição de liberdade da vítima, com detenções em prisões e centros de tortura clandestinos; sendo possível constatar que houve tortura em pelo menos 18 dos casos. Em 10 casos foi possível apontar a ocorrência de violência psicológica. Em pelo menos 6 casos há ocorrência de violência sexual contra as mulheres.

Todos os dados que constam na Tabela 7 referem-se aos atos de violência comprovados pelas investigações realizadas pela CEMDP ou outras instâncias. Levando em consideração os pontos discutidos sobre a dificuldade de levantar este tipo de dados com precisão, os mesmos demonstram, ainda assim, a existência da violação sistemática aos direitos humanos como uma tática utilizada pelo aparato repressivo contra a oposição.

Especificamente no que se relaciona com a identificação de práticas pautadas no gênero das vítimas, os dados, ainda que limitados, são significativos. Afinal, pode-se afirmar que pelo menos 6 mulheres mortas ou desaparecidas pela ditadura sofreram algum tipo de violência sexual. Considerando a ocultação e falsificação de laudos produzidos pelo aparato repressivo, assim como a impossibilidade do testemunho das vítimas, pode-se afirmar que a violência de gênero ocorreu. Conforme sinalizado por Danielle Tega (2015), a violência de gênero era parte da estrutura do sistema repressivo. Se ela não foi consumada contra todas as mulheres que passaram pelo aparato repressivo, isso não significa que ela tenha sido uma exceção.

Considerações finais

O principal objetivo deste estudo foi traçar um perfil das mulheres que foram mortas ou desaparecidas pela ditadura brasileira. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira delas, e, com base no relatório produzido no âmbito da CENDP, foram identificadas 45 mulheres vítimas fatais do regime autoritário. Na segunda etapa da pesquisa, e, para poder traçar o perfil das mulheres identificadas, foram preenchidos 45

quadros contendo informações sobre vários aspectos de suas vidas e experiências durante a ditadura.

Com base nas informações coletadas e analisadas, pode-se inferir que essas mulheres eram, em sua maioria: educadoras ou estudantes, jovens, militantes e revolucionárias. Além disso, é possível estimar, também, sua valentia na insurgência e resistência contra as instituições de poder desiguais a que eram submetidas — tanto quanto à ditadura, quanto à ordem patriarcal.

Essas mulheres transgrediram os padrões socioculturais ao reivindicarem o direito de fazerem parte do espaço público enquanto pessoas políticas, além do papel tradicional imposto à mulher, restrito à vida doméstica. A pesquisa aqui apresentada visibilizou a existência da violência de gênero dentre os crimes perpetrados contra essas mulheres por agentes da repressão. E nesse aspecto, a questão das mulheres na dicotomia entre o público e o privado se traduz em um dos desafios enfrentados neste estudo: tentar compreender o ponto de intersecção entre a violência política e a violência de gênero sofrida pelas vítimas, e determinar como essa violência se corporificou em suas experiências com o aparato repressivo.

Para examinar os casos e relacioná-los com uma análise de gênero, averiguando a discriminação contra a mulher nas ações dos agentes de repressão do Estado, foi preciso enfrentar um obstáculo: a impossibilidade de que as próprias vítimas relatassem as suas experiências. Como mencionado, a violência de gênero ocorre nas formas como o corpo foi degradado como expressão de poder patriarcal. Nesse sentido, diversas formas de violência física e simbólica contra os corpos femininos são inerentes às relações de poder do patriarcalismo (TEGA, 2015). A limitação imposta pela ausência de relatos biográficos sobre as violências sofridas se coloca como uma barreira na interpretação do impacto na subjetividade das mulheres violadas.

Mais dificuldades na interpretação dos casos se encontram na ocultação de documentos pelo aparato repressivo. A omissão ou negação dos atos de violência da ditadura se manteve como um legado do autoritarismo, refletindo na dificuldade de acesso às informações e redução das atribuições da CEMDP no governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro (recentemente filiado ao PL, após permanecer mais de 2 anos sem partido).

A proposição de considerar as experiências das mulheres a partir de uma perspectiva feminista tem como premissa inserir as mulheres como agentes na história –

em suas experiências subjetivas e atividades políticas. A principal ideia que guiou o desenvolvimento deste trabalho era identificar o perfil das mulheres que, por se oporem à ditadura no Brasil, tornaram-se vítimas do aparato repressivo, verificando-se, ainda, a ocorrência de violência de gênero dentre os crimes cometidos contra elas por agentes da repressão.

Apenas uma parcela da totalidade de mulheres que foram vozes ativas contra o regime foi abrangida no escopo dessa pesquisa. Ainda assim, a reflexão inicial proposta possibilitou que fosse lançada uma luz sobre a vida e a história de resistência de parte dessas mulheres que ousaram divergir e se insurgiram contra o regime autoritário. Os dados compilados para este estudo permitiram, em última análise, traçar o perfil de uma parte das mulheres que lutaram contra os padrões impostos pela sociedade, o autoritarismo e o conservadorismo, a repressão, a censura e a desigualdade.

Numa conjuntura marcada pelo negacionismo em relação aos crimes da ditadura e pela presença da extrema direita conservadora e autoritária, é preciso continuar produzindo ciência evidenciando os legados do autoritarismo presentes no país. É fundamental, igualmente, identificar os crimes da ditadura. Para contribuir com a preservação da memória das vítimas. Para reforçar o clamor por memória, verdade e justiça encabeçado pelos familiares dos mortos e desaparecidos. Para resgatar e reconhecer a contribuição de mulheres que foram duplamente subversivas na luta contra a ditadura e nas lutas pela construção de uma sociedade melhor.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400p.

GALLO, Carlos Artur. O Cone Sul entre a memória e o esquecimento: elementos para uma comparação. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.11, n.3, p. 57-78, 2017.

JELÍN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*, Buenos Aires, n.7, p.128-137, 2001.

_____. NUPPOME Entrevista: Entrevista com Elizabeth Jelín. *Cadernos do NUPPOME*, Pelotas, ano 1, n.2, p. 5-12, 2019.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Género y Justicia Transicional: la Violencia Contra la Mujer en el Marco de los Conflictos Armados. In: ALMADA, Martín; MAUÉS, Antonio Moreira (Org.). *Verdade, Justiça e reparação na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor (Org.). *Luta, substantivo feminino. Direito à Memória e à Verdade*. Brasília/São Paulo: SEDH/PR/Editora Caros Amigos, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n.4, p.43-49, jul. 2007.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.16, p. 115–136, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. Tornando-se visível. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (Org.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

TEGA, Danielle. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.23, n.3, p. 1001-1022, 2015.

VARGAS, Mariluci Cardoso de; MÉNDEZ, Natalia Pietra. O Movimento Feminino pela Anistia no Brasil (1975-1979) entre múltiplos horizontes e limites. In: GALLO, Carlos Artur (Org.). *Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 7-42.